



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

DESTAQUES DO MÊS

Decreto Federal estabelece novas regras para os PMIs

O Governo Federal elaborou um decreto com novas regras para os Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs). Esse instrumento foi aperfeiçoado para dar mais segurança jurídica ao setor privado. O Governo tem, atualmente, pelo menos quatro rodovias (que somam 2,6 mil quilômetros) e seis ferrovias (4,6 mil quilômetros) com PMIs abertos a manifestações ou a serem licitadas. Além disso, aeroportos e programas de concessão de dragagem e instalação de novos terminais em portos podem ser incluídos no modelo. Nos últimos meses, o Governo prorrogou os prazos de PMIs abertos à espera de mais propostas. A edição do decreto faz parte de um esforço do Governo para tentar antecipar a retomada do crescimento da economia já para o terceiro trimestre de 2015. A principal novidade do decreto é criar uma norma detalhada para os PMIs, que hoje só têm amparo regulatório de forma genérica em um decreto de 2006, que trata das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Embora os PMIs sejam usados em todos os tipos de investimentos em infraestrutura isso é tratado por meio de uma analogia, com autorização do Tribunal de Contas da União (TCU), e não por um normativo específico, o que acaba criando entraves burocráticos. Outra novidade na regulamentação está no fato de o Governo ter incluído no decreto a possibilidade dos estudos serem abertos por iniciativa de qualquer um, pessoa física ou jurídica (empresas), e não apenas pelos órgãos que detenham a competência para isso. (06.04.2015 - O Globo).

PAINEL

ANP abre Consulta Pública sobre revenda varejista e distribuição de GLP

A ANP abriu Consulta Pública que tem como objetivo obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta de resolução que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda varejista e de distribuição de GLP e a sua regulamentação. As contribuições poderão ser encaminhadas até 5 de junho de 2015.

Saiba mais: www.anp.gov.br



Socorro a elétricas vai custar R\$ 37,4 bilhões

O socorro ao setor elétrico vai custar R\$ 37,4 bilhões para os consumidores segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O valor será diluído e repassado para a conta de luz nos próximos quatro anos e meio e deve causar um impacto de 6 pontos percentuais, em média, nas tarifas. Foram realizados três empréstimos junto a vários bancos. O primeiro de R\$ 11,2 bilhões, o segundo de R\$ 6,6 bilhões e o último de R\$ 3,4 bilhões. A Aneel informou que ao valor total de R\$ 21,2 bilhões serão acrescidos R\$ 12,8 bilhões, ou 37,7%, de juros. No total, as distribuidoras vão arrecadar dos consumidores R\$ 37,4 bilhões durante os 4,5 anos em que o empréstimo será amortizado, sendo que serão pagos R\$ 34 bilhões aos bancos. A diferença, de R\$ 3,4 bilhões, é uma reserva de recursos, equivalente a 10%, e que precisa ficar na conta como garantia. Segundo a Aneel, esse valor será devolvido aos consumidores ao final da operação. (01.04.2015 - Baseado em Estado de São Paulo).

PAINEL

ANP abre Consulta Pública sobre o acesso aos gasodutos de transporte

A ANP abriu Consulta Pública que tem como objetivo obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta de resolução para substituir as Resoluções ANP n.º 27/2005 e 28/2005, referentes ao acesso aos gasodutos de transporte e à cessão de capacidade de transporte, além de regular a troca operacional de gás natural. As contribuições poderão ser encaminhadas até 5 de maio de 2015.

Saiba mais: www.anp.gov.br

Governo quer nove concessões de aeroportos até 2018

O Governo Federal pretende conceder à iniciativa privada, até 2018, todos os aeroportos rentáveis que ainda são administrados pela estatal Infraero. Apenas três terminais lucrativos são excluídos da lista: Congonhas (SP), Santos Dumont (RJ) e Manaus (AM). Com essas exceções, nove terminais podem ser privatizados até o fim do mandato da Presidente Dilma Rousseff. O Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, informou que no primeiro lote de novas concessões estão apenas os três aeroportos já anunciados: Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Salvador (BA). Dentro de seis a oito meses haverá o lançamento de estudos de viabilidade para mais uma rodada de privatizações. De acordo com Padilha, os três aeroportos excluídos da lista (Congonhas, Santos Dumont e Manaus) são cruciais para manter a sustentabilidade financeira da Infraero no longo prazo. O prazo entre a conclusão dos estudos que embasam os leilões e a entrada dos consórcios vencedores nos aeroportos privatizados costuma ser de 400 dias. Padilha informou que o objetivo do Governo é acelerar esses trâmites e reduzir o prazo para 360 dias. (27.03.15 - Baseado em Valor Econômico)



Ajuste fiscal faz investimento cair e agrava atraso em obras públicas

Os investimentos públicos sofreram uma freada generalizada no início deste ano. As despesas com obras de infraestrutura e compras de equipamentos caíram no Tesouro Nacional, nas Estatais Federais e em Estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os investimentos com recursos do Tesouro Nacional desabaram no primeiro bimestre de 2015, quando somaram R\$ 11,2 bilhões, uma queda de 31,3% em relação ao montante desembolsado no primeiro bimestre de 2014. Na mesma base de comparação, os desembolsos das Estatais Federais caíram 23,7%. O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC também apresentará uma execução inferior ao observado em 2014. Um decreto presidencial limitou os desembolsos do Programa a R\$ 15,2 bilhões no primeiro quadrimestre deste ano, ante R\$ 19,9 bilhões no mesmo período de 2014. A redução dessas despesas agrava as deficiências nacionais em infraestrutura e derruba o desempenho da economia. Nas expectativas oficiais, publicadas pelo Banco Central, o PIB cairá 0,5% neste ano, em especial devido à redução de 6% dos investimentos públicos e privados. O Ministério do Planejamento informou que a queda nos investimentos era esperada porque grandes projetos do Governo terminaram ou já saíram de seu pico de desembolsos. Além disso, houve também atraso na aprovação do Orçamento de 2015, o que prejudicou os pagamentos. (05.04.2015 - Baseado em Folha de São Paulo)

Metade das obras de saneamento do País está parada, atrasada ou sequer foi iniciada

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou os resultados de uma auditoria no programa de água e esgoto do Ministério das Cidades, que repassa recursos do PAC por meio da Caixa Econômica Federal. De 491 contratos analisados no fim de 2013, 283 (57,6%) se referiam a obras paralisadas, atrasadas ou não iniciadas. Somente 58 (11,8%) foram efetivamente concluídas. Os contratos somam R\$ 10,4 bilhões. O valor das

obras paralisadas, atrasadas ou não iniciadas soma R\$ 6,6 bilhões, ou 63%. Só os projetos parados correspondem a investimentos de R\$ 1,4 bilhão. A auditoria feita pelo TCU mostrou que a principal causa de paralisação ou atraso das obras de saneamento é a deficiência dos projetos de engenharia. "A qualidade insuficiente dos projetos de engenharia é a face mais visível das carências de gestão, econômicas e de planejamento do setor", cita o relatório. Depois aparecem problemas nas licitações e contratos, na obtenção de áreas necessárias para as obras, no licenciamento ambiental e no repasse de recursos pelo Ministério das Cidades. (06.04.2015 - Baseado em O Globo)

De 491 contratos analisados no fim de 2013, 57,6% se referiam a obras paralisadas, atrasadas ou não iniciadas.



Justiça barra novo contrato com distribuidoras

O plano do Governo Federal de iniciar a renovação das concessões de 42 distribuidoras de energia elétrica cujos contratos vencem entre 2015 e 2017 foi barrado na Justiça. Uma liminar determinou que nada seja feito até que o Ministério de Minas e Energia (MME) apresente os devidos estudos técnicos. Estão próximas do vencimento as concessões de empresas que representam quase 35% do mercado nacional de distribuição. A decisão judicial também vale para as concessões de transmissão de energia. O Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, revelou que as renovações seriam feitas em troca de planos quinquenais de investimento, com metas verificáveis a cada 12 meses. De acordo com ele, o Governo também avaliava a possibilidade de cobrança de outorga, ideia que não foi bem recebida pelas empresas do setor. Na ação, o Ministério Público Federal (MPF) lembra que, de acordo com a Constituição, as concessões

devem ser feitas mediante licitação e que eventuais prorrogações são condicionadas “à verificação do interesse público”, o que só pode ser comprovado com os estudos. O Ministério Público Federal alega ter feito a recomendação ao Ministério em abril de 2014, mas que não obteve resposta da pasta. (02.04.2015 - Baseado em Valor Econômico)



Redução de investimentos agrava a situação das estradas federais

Setenta e sete obras em rodovias federais previstas no orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) deixaram de ser executadas em 2014, comprometendo ainda mais o estado da malha viária brasileira. Ao mesmo tempo, a construção de novas estradas avançou em marcha lenta. Estudo feito pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) aponta que seriam necessários pelo menos 10 mil quilômetros novos de vias a cada ano para acompanhar o crescimento da frota nacional. No entanto, o País tem mantido a média de apenas 700 km anuais de novas estradas. Comparado com 2013, o ano passado registrou uma redução nos investimentos na malha viária

federal. De acordo com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), em 2014 o orçamento previsto foi de R\$ 11,9 bilhões, dos quais R\$ 9 bilhões foram empenhados, ou seja, foram contratados. No ano anterior, o orçamento chegou a R\$ 12,3 bilhões, sendo R\$ 11,1 bilhões empenhados. A pesquisa mais recente sobre rodovias federais feita pela CNT (em 2014) apontou que o número de pontos críticos aumentou de 250 em 2013 para 289. São considerados pontos críticos quedas de barreira, pontes destruídas, erosões na pista e buracos grandes. A CNT aponta que seriam necessários R\$ 293,9 bilhões para recuperar as estradas. (05.04.2015 - Baseado em Valor Econômico)

Comparado com 2013, o ano passado registrou uma redução nos investimentos na malha viária federal.

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
De 15 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2019

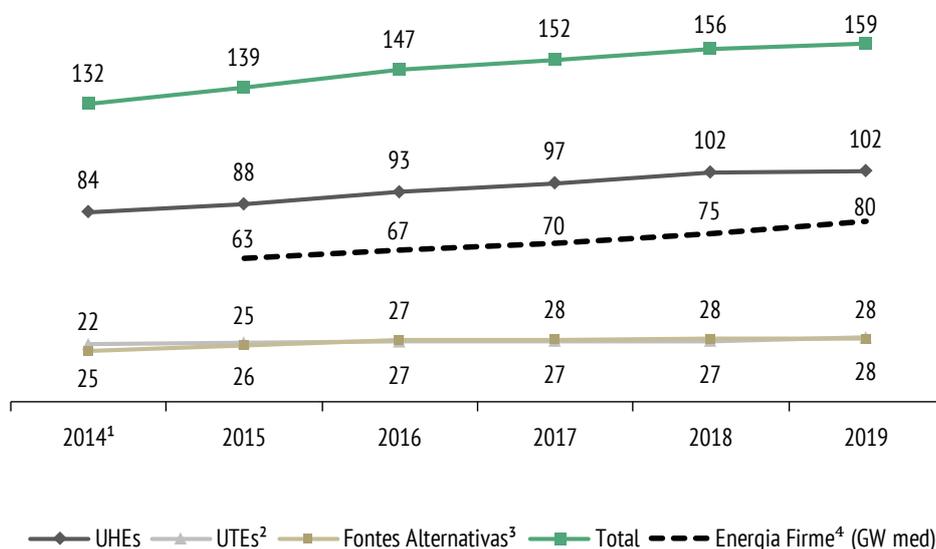
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	3.182	5.338	3.986	4.775	611	17.891
Otimista	3.182	5.345	3.986	4.775	611	17.899
Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	543	437	350	0	1.480	2.810
Otimista	543	437	941	10	1.480	3.410
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	2.562	2.221	308	104	0	5.195
Otimista	2.854	5.296	2.703	2.767	180	13.800
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	6.287	7.995	4.644	4.879	2.091	25.896
Otimista	6.578	11.078	7.630	7.551	2.271	35.109

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de fevereiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 35 mil MW no período 2015-2019. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,8% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador

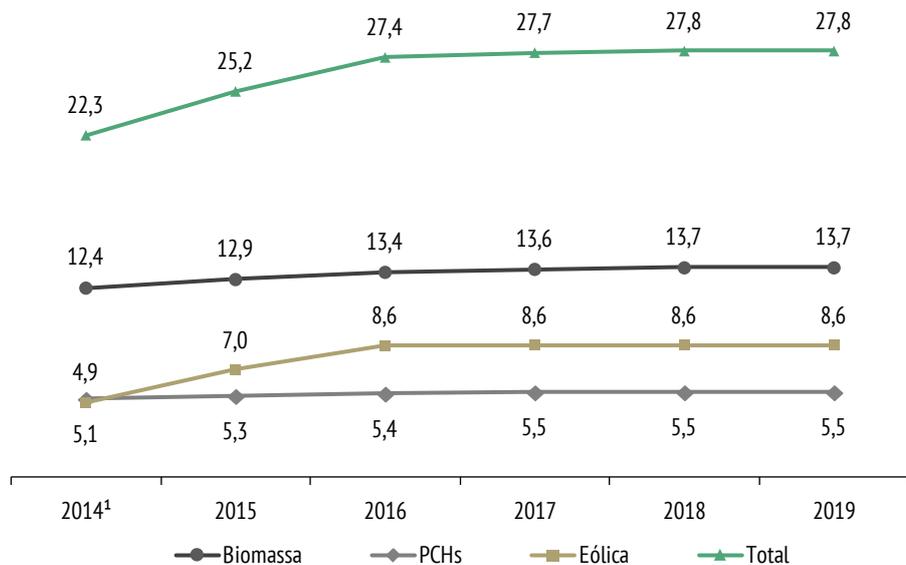


Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2015).

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.*

* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2015, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,3% e 1,0%.

Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.

Entre 2014 e 2019, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 22% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 12% no mesmo período. Em dezembro de 2014, a participação das UHEs foi de 64% na matriz elétrica nacional e deve permanecer nesse patamar até 2019. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 19% em 2014 para 18% em 2019.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve permanecer no patamar de 9% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2019. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2019, passará de 4% para 5%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 18 mil MW de UHEs até 2019, e a previsão conservadora prevê uma entrada similar no mesmo período. Em outras palavras, cerca de 100% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 3,4 mil MW até 2019. Cerca de 82% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 417 MW de potência adicional até 2019. Já no cenário otimista, até 2019, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,3 mil MW até 2019. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,9 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 10 mil MW, apenas 35% da potência (3,5 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2019.

As pequenas centrais hidrelétricas - PCH terão a competitividade aumentada no próximo leilão de energia A-5 de 2015, para suprimento de energia a partir de 2020. Para esse leilão foram inscritos para habilitação 91 novos projetos de geração de energia elétrica. Ao todo, os empreendimentos somam 19.826 MW. A maior participação em quantidade de energia corresponde às térmicas movidas a gás natural, com 31 projetos e oferta de 15.439 MW. Foram inscritas sete hidrelétricas, com 649 MW, 22 termelétricas a biomassa, com 1.161 MW e quatro termelétricas a carvão, com 2.100 MW. O leilão contará com 27 PCH, com 477 MW de potência.

A principal novidade no certame foi o aumento no preço da energia a ser contratada de pequenas centrais hidrelétricas. Em junho de 2014, as PCH comercializaram energia a R\$ 148/ MWh e em novembro a R\$ 164/ MWh. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, o preço-teso para contratação de PCH foi elevado devido a mudanças nas condições de financiamento do Bndes. O Banco reduziu sua participação máxima de 80% para 70%. Como a TJLP tivesse aumentado e a remuneração básica do Banco para esse tipo de financiamento passasse de 1% para 1,2% as pequenas centrais e as novas hidrelétricas com potência igual ou inferior a 50 MW serão contratadas ao preço de referência de R\$ 210,00/ MWh.

Estima a Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas - Abrapch que todos os projetos de PCH cadastrados resultem vitoriosos na concorrência e que todo o volume de energia ofertado seja vendido. Da ótica da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - Abragel, mantidas essas condições, muitos empreendedores participarão dos próximos leilões de PCH, possibilitando a manutenção da cadeia produtiva que representa o estado da arte da engenharia de projeto, construção e operação de centrais, que é 100% nacional.

As condições de competitividade das PCH eram precárias no passado recente. Relatório da Abrapch, datado de 2014, que caracteriza como principal problema do sistema elétrico brasileiro o déficit energético da Região Sudeste/ Centro-Oeste associado ao uso crescente de longas linhas de transmissão, oferece propostas de medidas corretivas e sublinha percalços no planejamento e no desempenho da Aneel e da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Estima que a superação de tais entraves seria relativamente simples.

Dentre as propostas apresentadas pela Associação, destaca que caberia ao Governo Federal remover, tanto na Aneel, como na EPE e no BNDES, as barreiras que obstam a plena expansão das pequenas centrais hidrelétricas. Registra que essas usinas poderiam ser construídas em dezoito meses e

sem embargo enfrentam, como exemplo, procedimentos de aprovação morosos na Agência Reguladora.

O potencial de geração das PCH está inventariado e em grande parte licenciado. A fonte causa impacto ambiental relativamente pequeno, cria áreas de preservação permanente que evitam a erosão dos rios, o assoreamento, a ocupação irregular e as grandes enchentes. Mais de 90% dessas unidades estão próximas aos maiores centros de carga e dispensam longas linhas de transmissão. Assim, conferem aumento de redundância no fornecimento, estabilidade e confiabilidade do sistema.

Três passos teriam de ser dados para afiançar o aporte das PCH, cujo potencial cifra 12.600 MW. Sustenta a Abrapch que os preços da geração teriam de contabilizar os benefícios operacionais da localização. A dinâmica de análise dos projetos teria de melhorar, chegando a três centenas por ano. E quanto às garantias, teria o Bndes de aceitar bens patrimoniais e recebíveis de contratos de médio e de curto prazo.

Somando o número de centrais que têm autorização para construção e o das que se encontram retidas na Agência esperando a aprovação de projetos, tem-se cerca de 9 GW de capacidade distribuída em 950 locais próximos aos centros de carga. Desse total, cerca de 2 GW correspondem a usinas outorgadas, autorizadas e licenciadas. Ao custo médio de R\$ 6.500 por kW instalado, a construção desses empreendimentos poderia injetar R\$ 60 bilhões na economia brasileira em equipamentos e serviços nacionais.

Com efeito, em data recente o Tribunal de Contas da União questionou a Aneel sobre a quantidade de projetos de PCH acumulados na Agência. Concluiu o Tribunal que a aprovação desses empreendimentos pela Aneel tem caído constantemente nos últimos anos. Aponta que há na Agência 614 projetos básicos de PCH, totalizando 6.312 MW. E todos se encontram a espera de análise pelas áreas técnicas da instituição. Segundo o Tribunal, em 2012 a Aneel não aprovou senão 43 projetos e em 2013 somente 48 projetos.

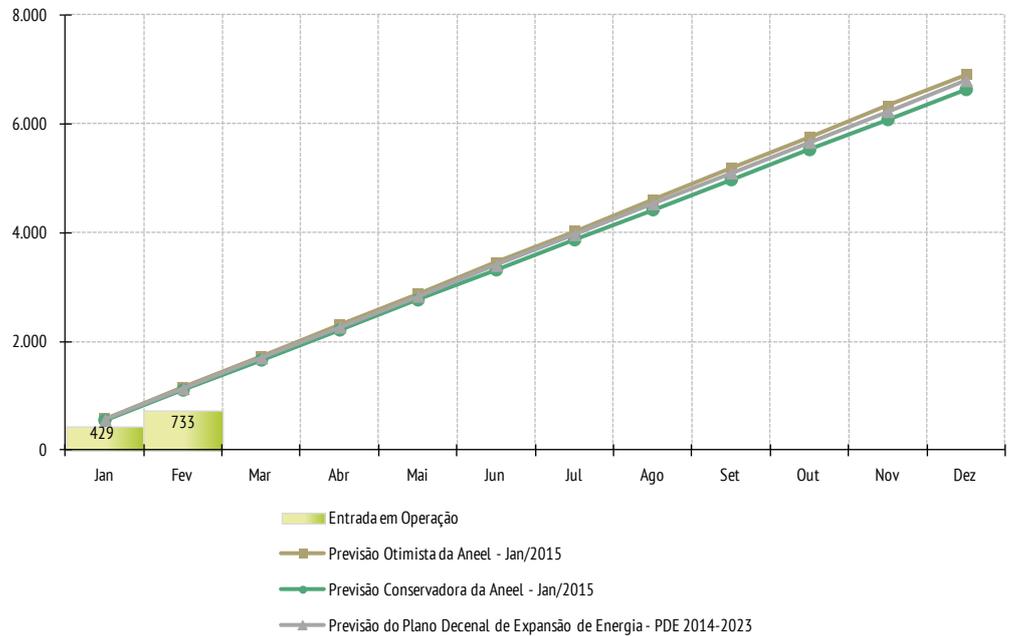
Hoje o setor conta com 474 pequenas centrais hidrelétricas em operação, agregando 4,8 GW ao sistema, vale dizer 3,53% da capacidade geradora instalada no Brasil. O aproveitamento do vasto potencial de energia eólica requer a operação complementar das PCH, eis que essas centrais hidrelétricas permeiam os espaços regionais, especialmente no Sudeste, Centro Oeste e Sul, localizam-se na proximidade das cargas, garantem complementaridade sazonal e atenuam os riscos do transporte de grandes massas de energia a longa distância. As melhorias introduzidas no próximo leilão são o primeiro passo nessa direção.

O aproveitamento do vasto potencial de energia eólica requer a operação complementar das pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Estas centrais permeiam os espaços regionais e localizam-se na proximidade das cargas.

11.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

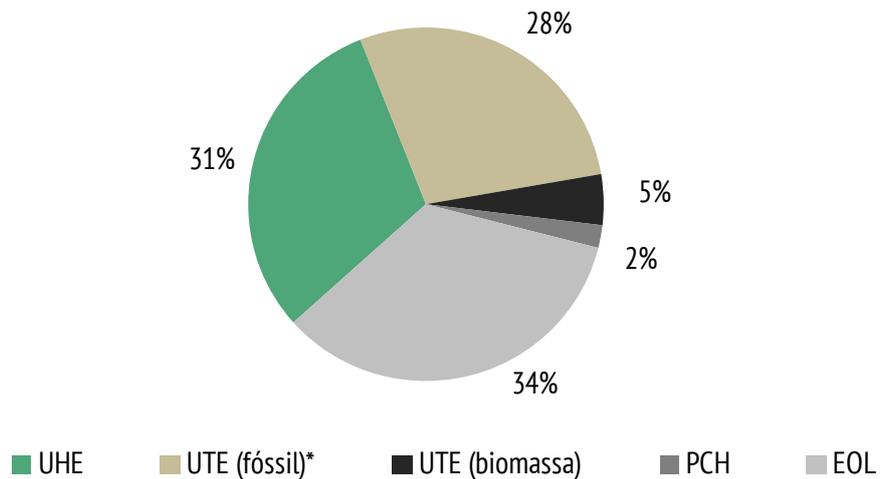
Expansão da Capacidade de Geração em 2015 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de fevereiro de 2015



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de fevereiro de 2015

Em 2015, até 15 de fevereiro, entraram em operação 733 MW. Desse total, as UHEs representaram 31% da potência total que entrou em operação totalizando 225 MW. As EOL representaram 34% totalizando 252 MW. As UTEs fósseis representaram 28% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs a biomassa constituem 5% do total. As PCHs até o período representaram apenas 2% da capacidade instalada.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em fevereiro de 2015, 40.489 GWh, apresentando um valor 2% inferior ao observado em fevereiro de 2014.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.298 GWh, valor 5% inferior ao observado no mesmo mês de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de energia elétrica também foi 5% inferior. O consumo industrial de energia elétrica representou 35% do total de energia elétrica consumida em fevereiro de 2015.

Em parte, este resultado está condicionado pela atipicidade do consumo observada em fevereiro de 2014. De fato, no ano passado o consumo em fevereiro chegou a superar nominalmente o de janeiro, o que normalmente não ocorre. Contribuíram para esse resultado, principalmente, as eleva-

das temperaturas registradas em 2014, em particular na região Sul. Além disso, o Carnaval naquele ano ocorreu em março. Por conta disso, fevereiro deste ano teve menor número de dias úteis, o que afetou o consumo de energia na baixa tensão em geral e especialmente no segmento comercial.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Fevereiro	Fevereiro	Var.	Jan-Fev	Jan-Fev	Var.
	2014	2015	%	2014	2015	%
Residencial	11.856	11.748	-1	23.635	24.250	3
Industrial	14.989	14.298	-5	29.495	28.120	-5
Comercial	8.194	8.110	-1	15.927	16.159	1
Outras	6.344	6.333	0	12.537	12.620	1
Total	41.383	40.489	-2	81.594	81.149	-1

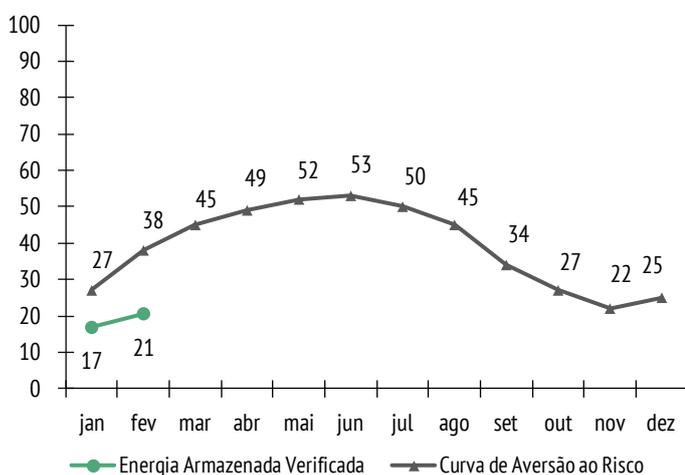
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

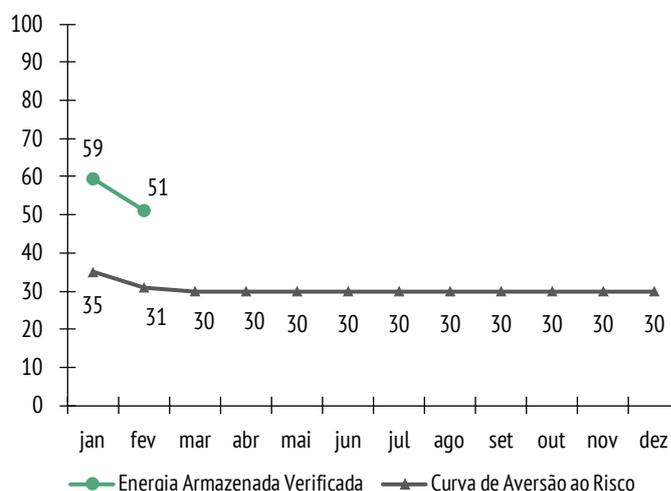
As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em fevereiro de 2015, a energia armazenada permaneceu significamente baixa nas regiões Sudeste e Centro-Oeste em 21%. Na Região Sul a energia armazenada caiu para 51%, na Região Nordeste houve aumento e permanece acima da CAR (18%) e na Região Norte está em 39%. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

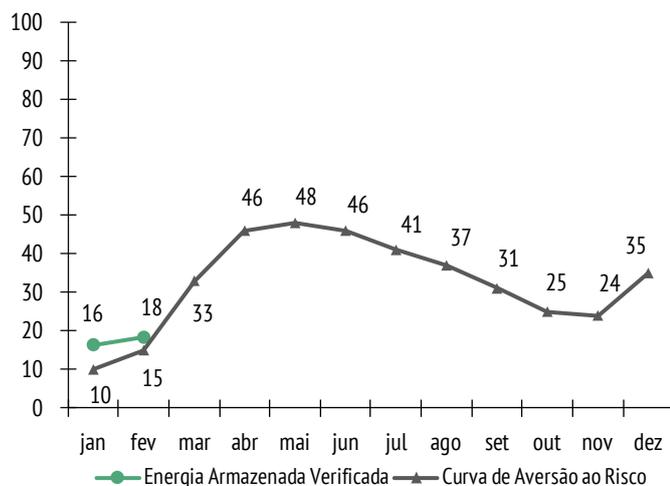
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



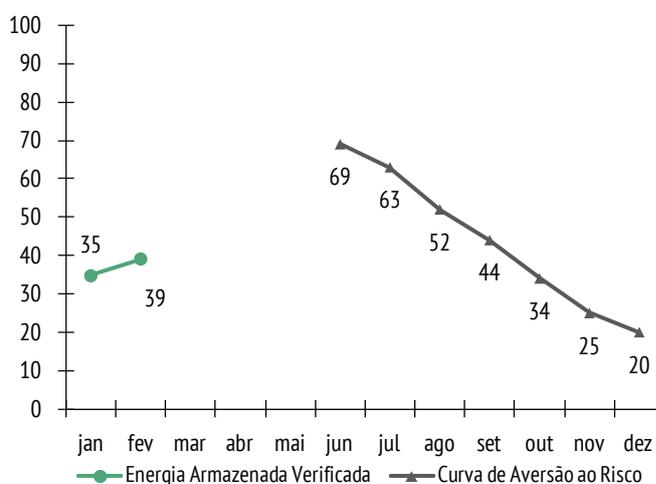
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sul (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Nordeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Norte* (%)**



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

*A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluições do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 - Março 2015 (Período: 21/03/2015 a 27/03/2015)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	388,48	388,48	388,48	388,48
Média	388,48	388,48	388,48	388,48
Leve	388,48	388,48	388,48	388,48

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal**

Região	Março	Março	Variação (%)
	2014	2015	
Sudeste/Centro-Oeste	822,83	388,48	-52,79
Sul	822,83	388,48	-52,79
Nordeste	756,37	388,48	-48,64
Norte	696,21	339,91	-51,18

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2015, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 30,26 e R\$ 388,48/MWh.

Na quarta semana de março de 2015, o PLD atingiu o valor de R\$ 388,48/MWh em todas as Regiões para todas as cargas, o valor máximo para 2015.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. O mês de março de 2015 apresentou um PLD entre R\$ 339,91/MWh e R\$ 388,48/MWh. Esses valores representam cerca de metade dos valores observados em março de 2014 no mercado atacadista.

2. PETRÓLEO

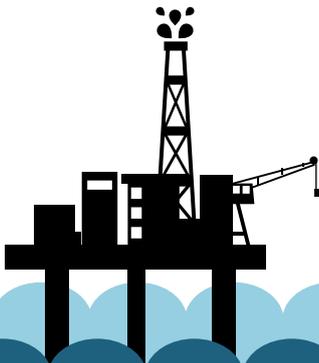
2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de fevereiro de 2015, foi de 70 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 16% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 18% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em fevereiro de 2015 foi de aproximadamente 24,7°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve

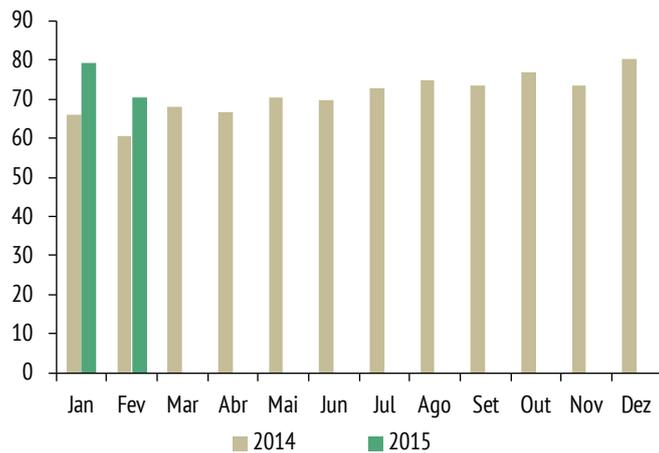
(maior ou igual a 31°API), 57% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 34% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em fevereiro de 2015, foi de 53 milhões bep. Esse volume foi 7% inferior ao observado em fevereiro de 2014. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 6% inferior.



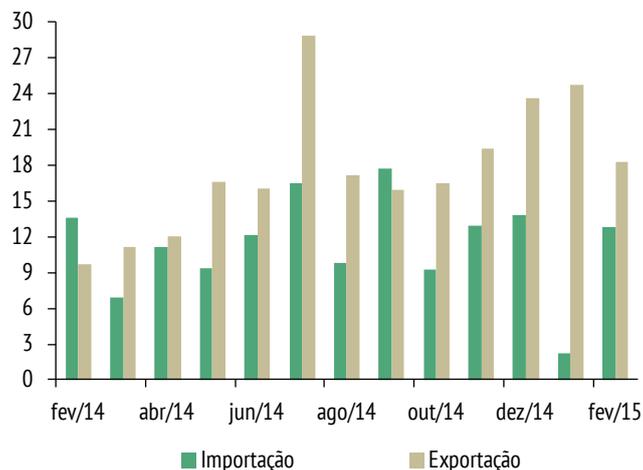
De acordo com a ANP, em fevereiro de 2015, cerca de 89,7% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

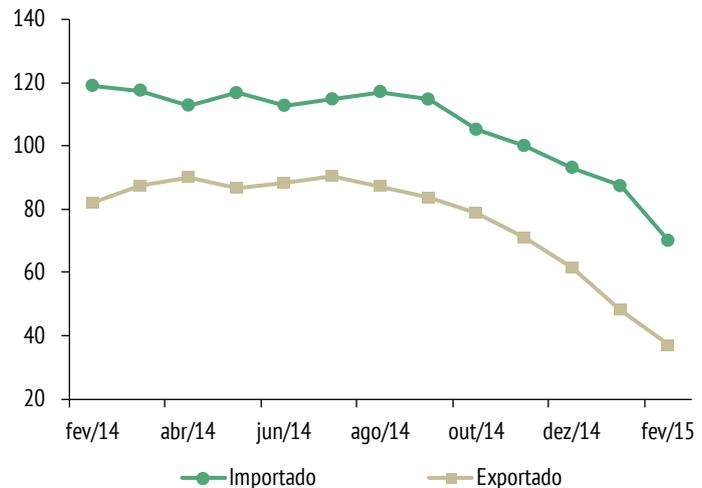


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em fevereiro de 2015, foi de 18 milhões de bep, volume 88% superior ao exportado em fevereiro de 2014. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 93% superior ao observado no mesmo período de 2014.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em fevereiro de 2015, foi de US\$ 70,01/barril, valor 41% inferior ao observado em fevereiro de 2014.

**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



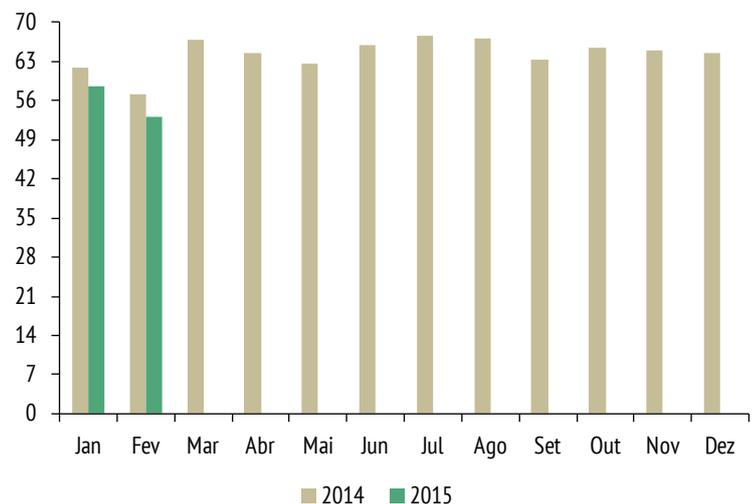
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em fevereiro de 2015, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 53 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 7% inferior ao produzido em fevereiro de 2014. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 6% inferior ao mesmo período do ano passado.

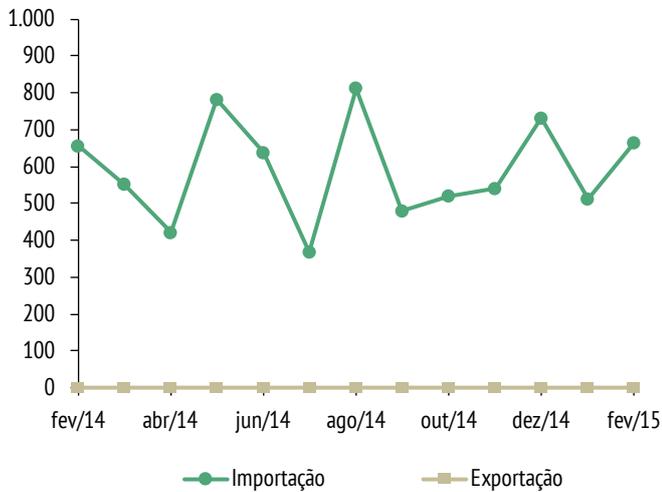
A importação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2015, foi de 15 milhões bep, valor 3% inferior ao registrado em fevereiro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 10% inferior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



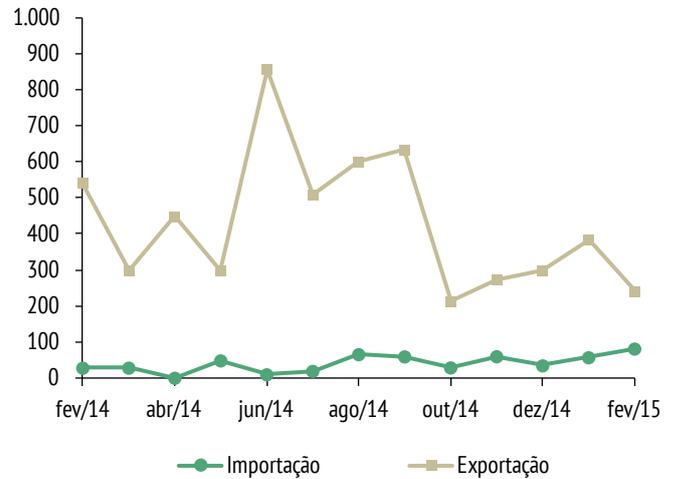
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

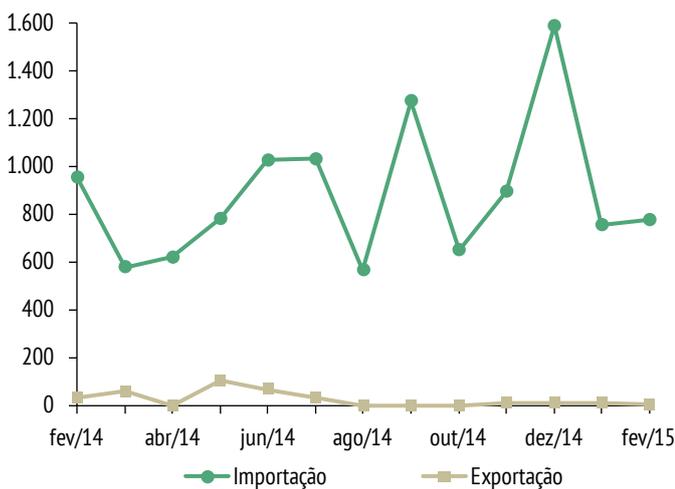
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

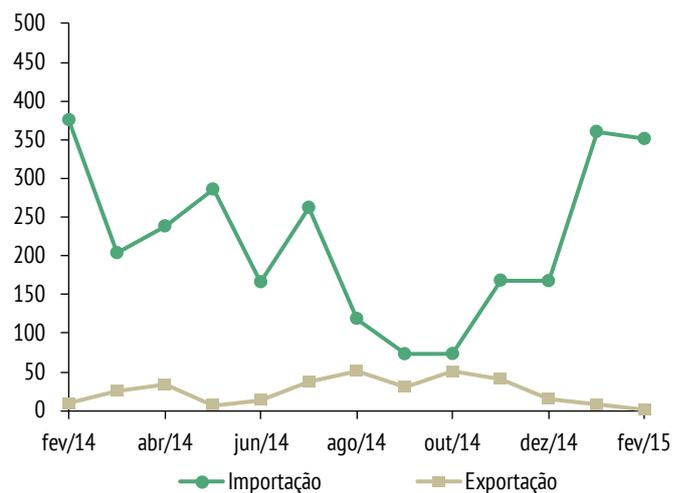
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2015, foi constatado um total de 6 milhões bep, o que representa um volume 36% inferior ao observado no mesmo mês de 2014. No acumulado do ano, a exportação foi 21% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP)

Em fevereiro de 2015, o Brasil registrou uma dependência externa de 6% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 4 milhões bep superior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 75 milhões de bep. Em fevereiro de 2014, a dependência externa foi positiva em 15%. No acumulado do ano de 2015, foi observada uma dependência negativa de 9%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 12%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Fevereiro 2014	Jan-Fev 2014	Fevereiro 2015	Jan-Fev 2015
Produção de Petróleo (a)	61	126	70	150
Imp. Líq. de Petróleo (b)	4	1	-6	-28
Imp. Líq. de Derivados (c)	7	16	10	16
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	71	144	75	138
Dependência Externa (e)=(d-a)	11	17	4	-12
Dependência Externa (e)/(d)	15%	12%	6%	-9%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em fevereiro de 2015, apresentou saldo negativo de US\$ 1,1 bilhão FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 1,1 bilhão FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo também havia sido negativo em US\$ 1,7 bilhão FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 870 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Fevereiro/2014	Jan-Fev/2014	Fevereiro/2015	Jan-Fev/2015
Petróleo				
Receita com exportação (a)	796	1.907	677	1.865
Dispêndio com importação (b)	1.617	2.715	893	1.083
Balança Comercial (c)=(a-b)	-821	-808	-217	782
Derivados				
Receita com exportação (d)	903	1.669	323	800
Dispêndio com importação (e)	1.806	3.580	1.243	2.452
Balança Comercial (f)=(d-e)	-904	-1.911	-920	-1.652
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.698	3.577	1.000	2.666
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.423	6.295	2.136	3.535
Balança Total (i)=(g)-(h)	-1.725	-2.718	-1.136	-870

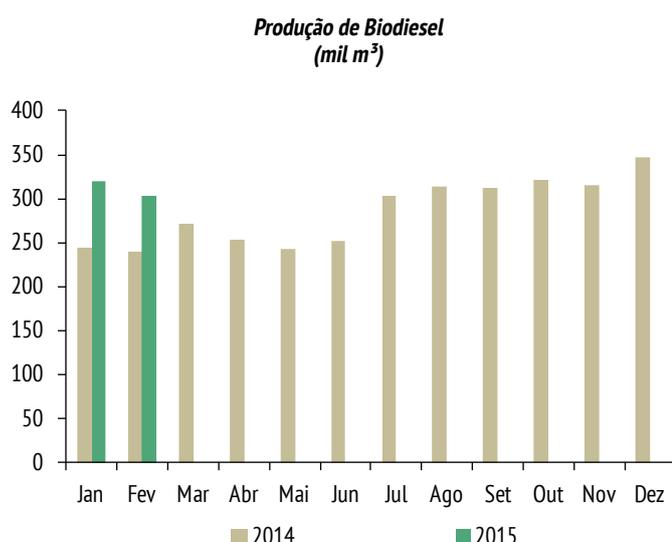
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. BIOCOMBUSTÍVEIS

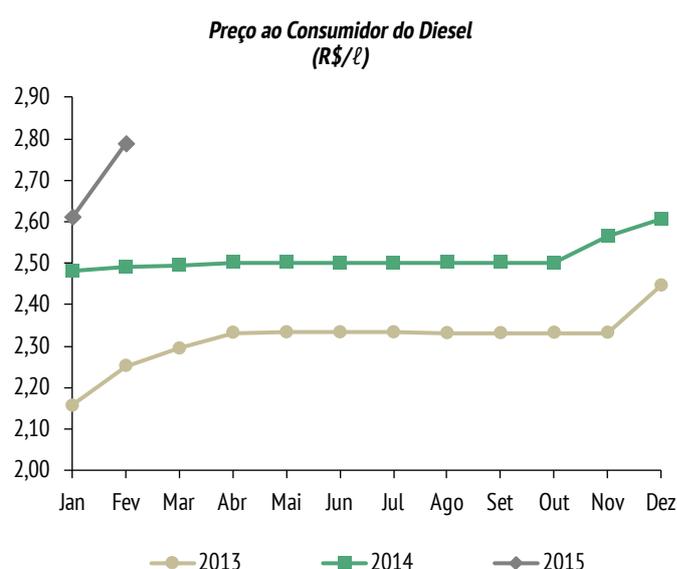
3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em fevereiro de 2015, foi de 304 mil m³, montante 26% superior ao produzido em fevereiro de 2014. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 28% superior.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em fevereiro de 2015, foi de R\$ 2,79/ℓ, valor 12% superior ao observado em fevereiro de 2014.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2014/2015 produziu, até o dia 28 de fevereiro de 2015, 28.453 mil m³ de álcool, sendo 16.846 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2013/2014, houve um aumento de 5% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool hidratado.

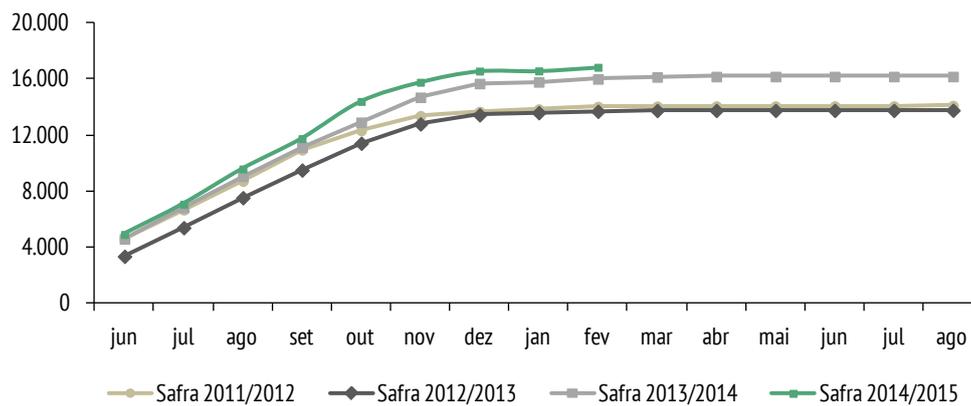
Já a produção de açúcar apresentou queda. Até 28 de fevereiro de 2015, produziu-se 35 milhões de toneladas de açúcar, volume 6% inferior ao observado no mesmo período da safra 2013/2014.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2013/2014 (até 28 de fevereiro de 2014)	Safra 2014/2015 (até 28 de fevereiro de 2015)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	11.703	11.607	-1
Álcool Hidratado (mil m ³)	16.014	16.846	5
Total Álcool (mil m³)	27.717	28.453	3
Açúcar (mil ton)	37.329	34.991	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

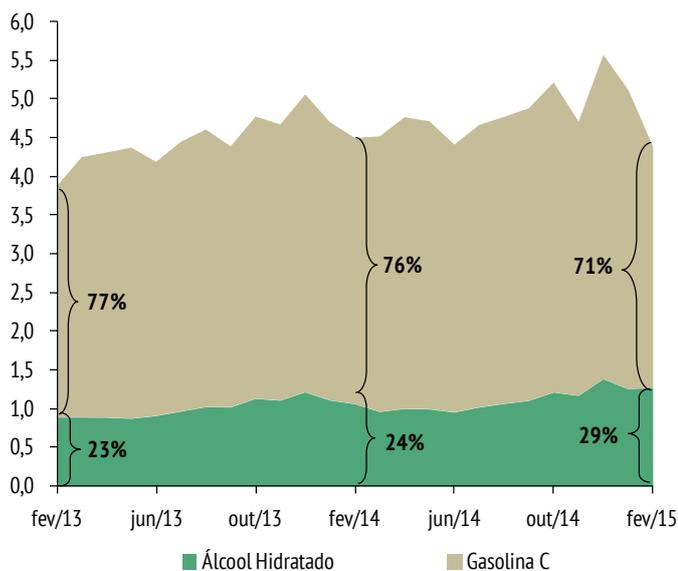
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,3 milhão m³ em fevereiro de 2015. Esse número representa um aumento de 20% em relação ao volume vendido em fevereiro do ano anterior. No acumulado do ano, as vendas apresentaram um aumento de 16%.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 29% do universo de vendas do álcool e da gasolina em fevereiro de 2015. Essa participação foi 5 pontos percentuais superior ao observado em fevereiro de 2014.

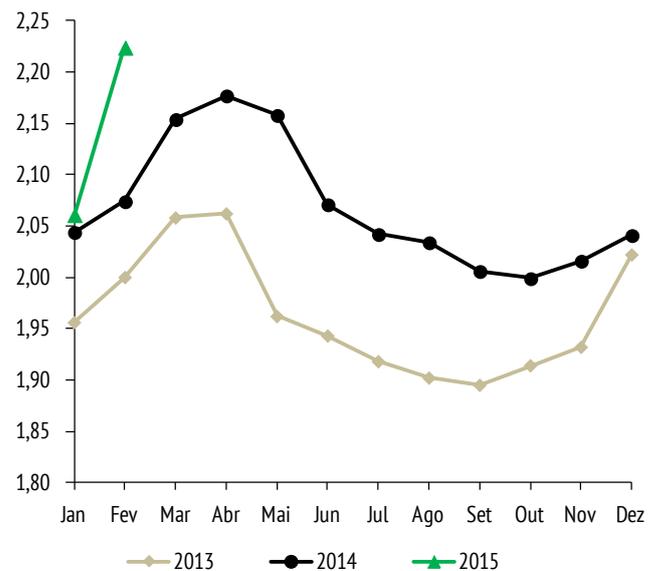
Em fevereiro de 2015, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,22/ℓ, valor 7% superior ao registrado no mesmo período de 2014.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



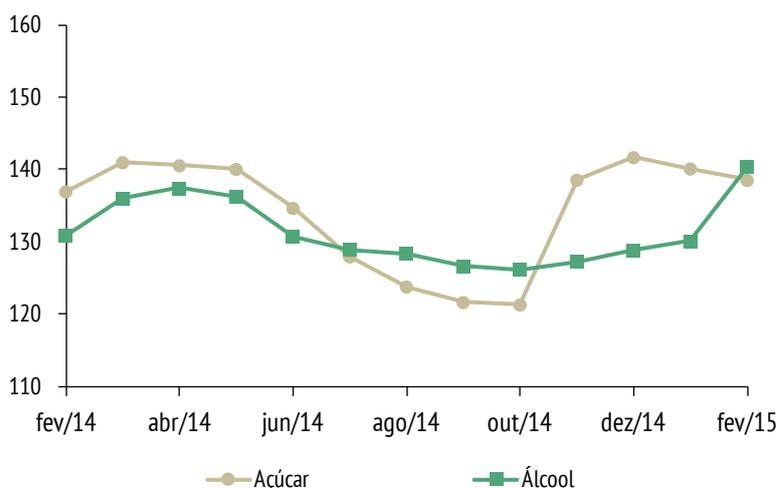
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(jan/07 = 100)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em fevereiro de 2015, foi de 95 milhões m³, representando um aumento de 15% comparado à média verificada em fevereiro de 2014. No acumulado do ano, a média foi 17% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em fevereiro de 2015, foi de 63 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 123 milhões m³/dia. Este montante é 33% superior ao observado em fevereiro de 2014. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 42% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 38% em fevereiro de 2015. Em fevereiro de 2014, essa proporção havia sido de 36%.

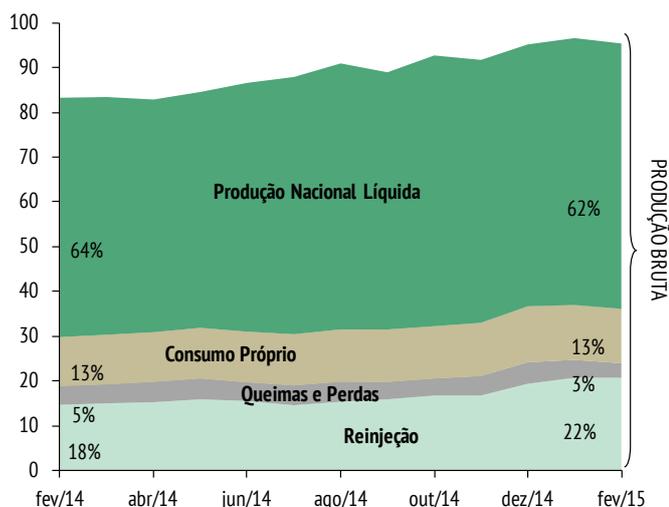
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Fevereiro/2014	Média do período Jan-Fev/2014	Média em Fevereiro/2015	Média do período Jan-Fev/2015
Produção Nacional¹	83.248	81.802	95.357	95.958
- Reinjeção	14.650	14.190	20.734	20.728
- Queimas e Perdas	4.289	4.541	3.263	3.654
- Consumo Próprio	10.924	10.881	12.167	12.208
= Produção Nac. Líquida	53.385	52.190	59.192	59.367
+ Importação	38.548	38.457	63.456	69.126
= Oferta	91.934	90.647	122.649	128.493

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.

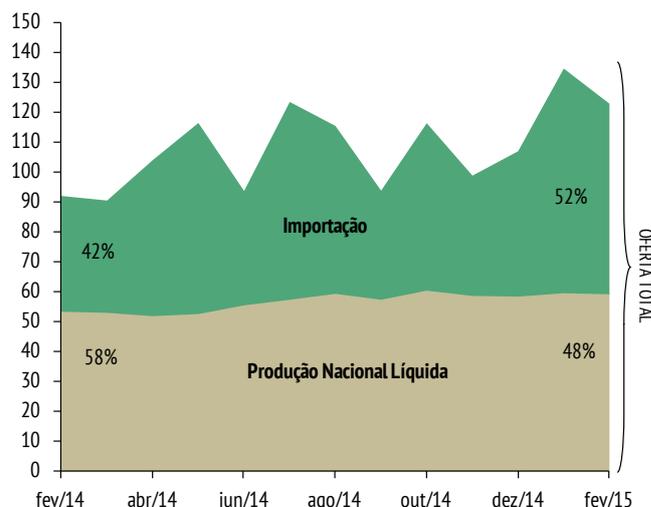
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



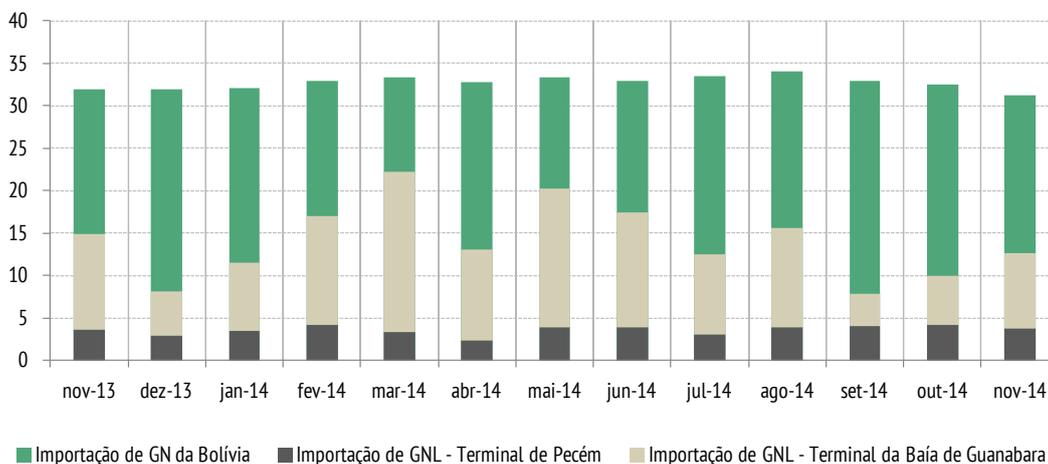
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em novembro de 2014, foi de 31 milhões de m³/dia, volume 2% inferior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em novembro de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 22 milhões m³/dia, volume 50% superior ao montante observado em novembro do ano anterior.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em fevereiro de 2015 foi, em média, de 81 milhões de m³/dia. Essa média é 11% superior ao volume médio diário consumido em fevereiro de 2014. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou um aumento de 18% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em fevereiro de 2015, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, volume 1% superior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial de gás natural também apresentou aumento de 1% ao observado de janeiro a fevereiro de 2014.

O setor industrial foi responsável por 36% do consumo de gás natural em fevereiro de 2015. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 45% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Fevereiro/2015	Jan-Fev/2015	Fev-2015/Fev-2014	Acumulado no Ano
Industrial	28.795	28.445	1	1
Automotivo	4.838	4.755	-6	-4
Residencial	710	668	10	2
Comercial	725	704	-1	0
Geração Elétrica	35.963	35.360	9	27
Co-geração*	2.302	2.303	-9	-6
Outros	7.290	7.077	243	169
Total	80.623	79.312	11	18

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

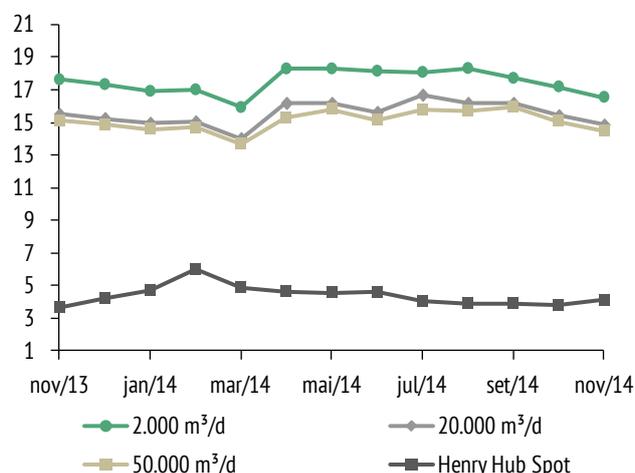
*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em novembro de 2014, foi de US\$ 15,30/MMBTU, valor 5% inferior ao observado em novembro de 2013 (US\$ 16,08/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em novembro de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,12/MMBTU, valor 13% superior ao apresentado em novembro de 2013 (US\$ 3,68/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

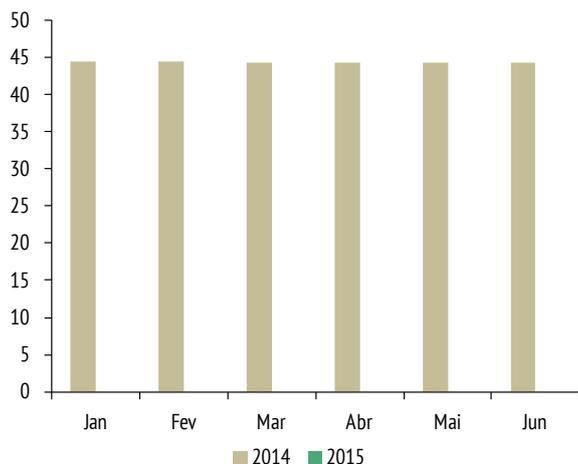
5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Instalada. Seguem as últimas informações disponíveis.

Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço.

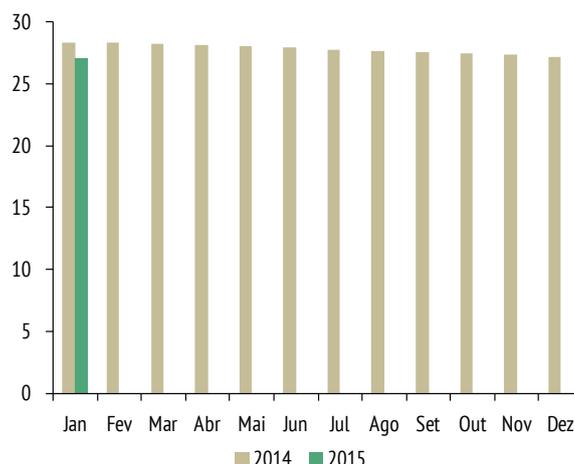
O total de acesso instalados não é atualizado desde junho de 2014 e não teve alteração significativa ao longo do período analisado, permanecendo em 44 milhões de acessos. O total de acesso fixos em serviço alcançou 27 milhões em janeiro de 2015, valor 5% inferior ao registrado em janeiro de 2014.

**Acessos Fixos Instalados
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

**Acessos Fixos em Operação
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

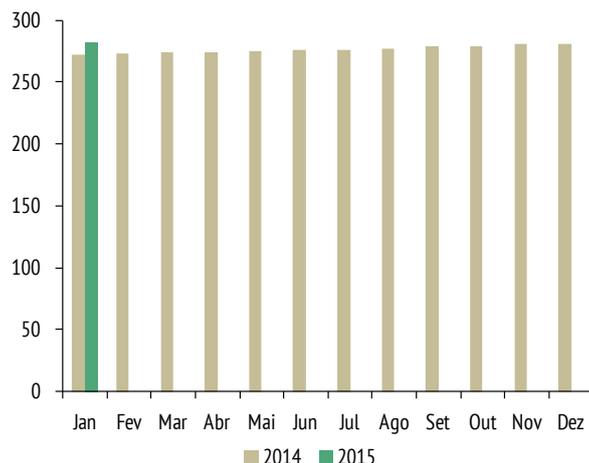
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Instalada para o período de junho a dezembro 2014. Seguem as últimas informações disponíveis.

O número total de acessos via telefonia móvel em janeiro de 2015 foi de 282 milhões, montante 3% superior ao observado no mesmo período de 2014.

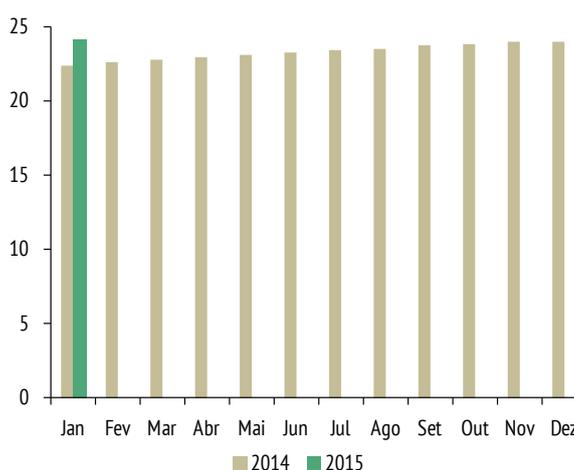
Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 8% se compararmos com os valores de janeiro de 2014. Neste último mês tivemos aproximadamente 24 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 22 milhões.

**Evolução do Total de Acessos Móveis
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

**Evolução do Total de Acessos Fixo
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Fev/2015	Fev/2014	Fev-2015 / Fev-2014
Granel Sólido (a)	42.380	40.503	5%
Portos Públicos	12.384	15.405	-20%
TUPs	29.996	25.098	20%
Granel Líquido (b)	16.391	16.806	-2%
Portos Públicos	4.079	3.942	3%
TUPs	12.312	12.865	-4%
Carga Geral Solta (c)	11.328	10.541	7%
Portos Públicos	6.676	6.521	2%
TUPs	4.652	4.020	16%
Total (a+b+c)	70.099	67.851	3%
Portos Públicos	23.138	25.868	-11%
TUPs	46.961	41.983	12%

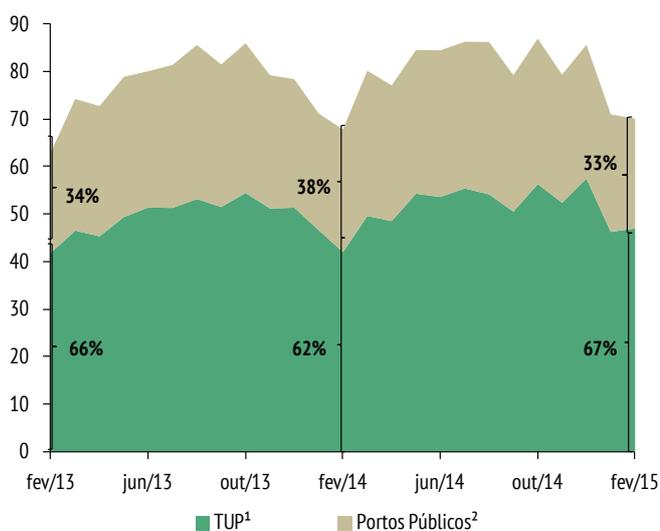
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

Em fevereiro de 2015, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou uma expansão de 5% em relação a fevereiro de 2014. A movimentação de granel líquido foi 2% inferior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior enquanto a carga geral apresentou expansão de 7%.

Os TUPs representaram 67% da movimentação total de carga nos portos e terminais em fevereiro de 2015. A movimentação total nos TUPs foi de 46.961 mil toneladas, volume 12% superior ao observado em fevereiro de 2014. Os portos públicos movimentaram 23.138 mil toneladas, volume 11% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

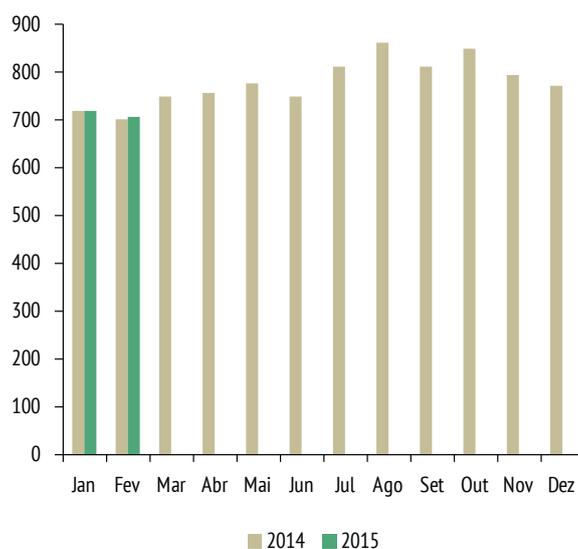
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em fevereiro de 2015 foi de 706 mil TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 1% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas (milhões t)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
¹ Terminais de uso privativo (114 instalações).
² Portos públicos (33 instalações).

Movimentação Total de Contêineres* (mil TEUs)



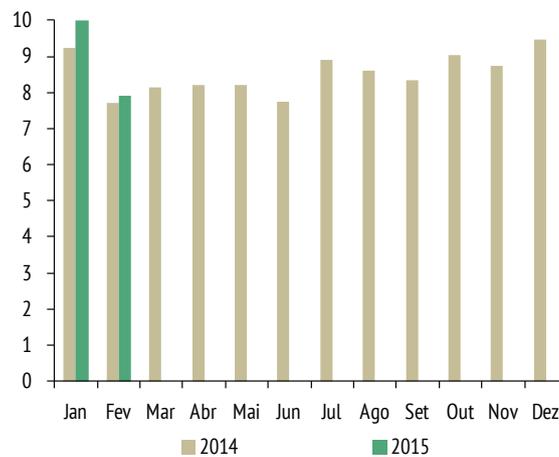
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em fevereiro de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 7,9 milhões de passageiros, valor 2% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representaram 93% da movimentação total de fevereiro de 2015.

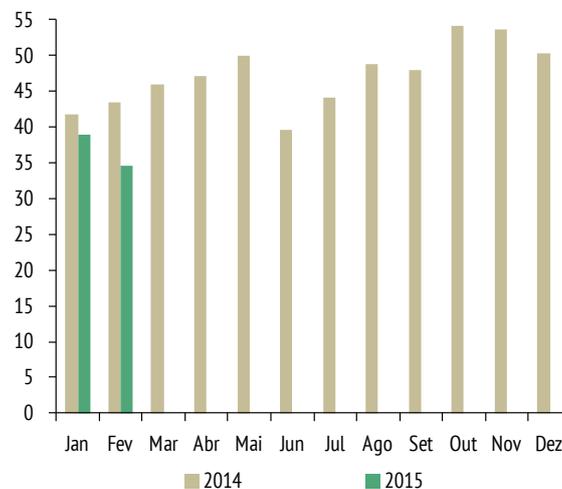
A movimentação de carga aérea total no País em fevereiro de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 35 mil toneladas, montante 20% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 69% do total de cargas movimentado no período.

Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em fevereiro de 2015, foi de 34 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 7% superior ao observado no mesmo período de 2014. A movimentação de grãos minerais foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (25%), enquanto a carga geral não containerizada apresentou a maior retração (-36%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado em fevereiro de 2015.

No acumulado do ano, o transporte de carga nas ferrovias atingiu 72 milhões de TUs, 6% superior se comparado com o mesmo período do ano anterior.

Movimentação de mercadorias nas ferrovias

Ano	2015	2014	Variação (%)
Mercadoria	Fevereiro (mil TU)	Fevereiro (mil TU)	Fev-15 / Fev-14
Minério de Ferro	26.014	23.977	8
Soja e Farelo de Soja	2.258	2.300	-2
Indústria Siderúrgica	1.225	1.013	21
Carvão/Coque	940	975	-4
Produção Agrícola (exceto soja)	780	716	9
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	678	711	-5
Grãos Minerais	527	420	25
Extração Vegetal e Celulose	452	413	10
Conteiner	305	248	23
Indústria Cimenteira e Construção Civil	219	272	-20
Adbos e Fertilizantes	207	247	-16
Cimento	207	248	-16
Carga Geral - Não Contein.	9	15	-36
Total	33.821	31.555	7

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em fevereiro de 2015, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 51 milhões de toneladas, volume 2% superior ao averiguado em fevereiro de 2014. As exportações totalizaram 39 milhões de toneladas, 76% do total.

De janeiro a fevereiro de 2015, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 106 milhões de toneladas, montante 2% superior ao averiguado no ano anterior. O modal marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 94% do total no mês de fevereiro.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t			Variação (%)
	Fev/2014	Fev/2015	Fev-2015 / Fev-2014	Acumulado do ano
Marítimo	47.306	48.308	2	1
Fluvial	789	1.037	31	36
Aéreo	102	90	-12	-12
Ferroviário	47	22	-54	-45
Rodoviário	830	835	1	-2
Outros*	945	937	-1	2
Total	50.019	51.230	2	2

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

Desembolso mensal BNDES

7.1. Desembolsos do BNDES

Em dezembro de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 9,5 bilhões, valor 3% inferior ao aportado em dezembro de 2013.

Setor	Dezembro/2013 R\$ milhão	Dezembro/2014 R\$ milhão	Varição (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	2.082	185	-91	2
Energia Elétrica e Gás Natural	5.100	4.425	-13	47
Saneamento	460	349	-24	4
Telecomunicações	405	228	-44	2
Transporte	1.783	4.303	141	45
Aéreo	0	451	261.510	-
Aquaviário	520	29	-94	-
Terrestre	1.263	3.824	203	-
Total Infraestrutura	9.830	9.491	-3	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2015 é de, aproximadamente, R\$ 2,7 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 27 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 1% do orçamento total de 2015.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o segundo maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 4,6 bilhões o que representa 40% da dotação total do órgão. Em 2015, o órgão com maior orçamento de investimentos é o Ministério da Defesa com R\$ 5,3 bilhões.

Do orçamento de investimentos da União para 2015, foram empenhados, até 31 de março, R\$ 2,8 bilhões, cerca de 10% da dotação autorizada. No mesmo período foram liquidados R\$ 566 milhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 177 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 9,3 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 4,6 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2015, foram empenhados R\$ 966 milhões (21% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 128 milhões até 31 de março. No mesmo período, foram pagos do orçamento cerca R\$ 72 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 2,3 bilhões.

Cerca de 74% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 3,4 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 821 milhões, ou 18%), hidroviário (R\$ 110 milhões) e outros (R\$ 262 milhões). A modalidade portuária apresenta restos a pagar pagos no total de R\$ 8 milhões até dia 31 de março.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2015, cerca de R\$ 1,9 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,7 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 72,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2015.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 18% foram pagos até 31 de março de 2015 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 11% do total de restos a pagar inscritos.

9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2015, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 24,1 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 34% no Ministério das Cidades (R\$ 8,2 bilhões) e 19% no Ministério dos Transportes (R\$ 4,7 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 2,1 bilhões (9% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 567 milhões até 31 de março de 2015. Foram pagos R\$ 144 milhões do orçamento de 2015 e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 10,3 bilhões no mesmo período. Ainda restam R\$ 51,8 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (MPOG) – TABELA V

Em 2015, as empresas estatais e agências de fomento apresentam dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 35,5 bilhões. Foram executados, no primeiro bimestre de 2015, investimentos no valor de R\$ 12,1 bilhões, equivalentes a 34% da dotação autorizada. Esse valor foi 18% inferior ao desembolsado no mesmo período em 2014.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2015 foi de R\$ 31,6 bilhões. As despesas totais realizadas até fevereiro foram de cerca de R\$ 11,5 bilhões, o que representa uma execução de 36% do autorizado e 95% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 78% da dotação autorizada para as Estatais em 2015 e respondeu por 91% da despesa realizada no primeiro bimestre num total de R\$ 11,1 bilhões (execução de 40% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2015*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	520	1	0	0	0	0	0	101	102	769
MAPA	235	0	0	0	0	0	0	86	86	1.152
MCTI	289	0	0	0	0	0	0	201	201	816
MDIC	75	0	0	0	0	0	0	12	12	57
MME	30	0	0	0	0	0	0	38	39	63
M. Transportes	4.565	966	21	128	3	72	2	2.244	2.317	9.999
M. Comunicações	23	0	0	0	0	0	0	5	5	112
MMA	77	2	3	0	0	0	0	12	13	99
MDA	325	0	0	0	0	0	0	91	91	814
M. Defesa	5.324	859	16	249	5	2	0	1.138	1.141	4.165
M. Int. Nacional	1.588	57	4	5	0	0	0	982	982	5.621
M. das Cidades	2.621	63	2	0	0	0	0	1.090	1.090	13.864
Outros**	11.674	836	7	183	2	101	1	3.149	3.250	33.391
Total	27.345	2.782	10	566	2	177	1	9.151	9.328	70.922

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2015
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2015*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	821	320	39	85	10	72	9	251	324	957
Hidroviário	110	0	0	0	0	0	0	30	30	375
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	8	8	8
Rodoviário	3.372	637	19	43	1	0	0	1.870	1.870	8.207
Outros	262	9	3	1	0	0	0	85	85	452
Total	4.565	966	21	128	3	72	2	2.244	2.317	9.999

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2015

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2015*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.863	5	1.783	75
União	8.877	28	3.411	5.438

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2015*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.705	319	462	9.924
União	72.258	1.033	5.740	65.484

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2015*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.248	66	5	66	5	66	5	476	542	1.084
M. Planejamento	1	0	29	0	7	0	7	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	41	41	304
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
M. Fazenda	27	0	0	0	0	0	0	0	0	160
MEC	2.330	3	0	1	0	1	0	659	660	8.159
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	2	3	1
M. Minas e Energia	51	8	15	3	5	0	1	69	69	110
M. Saúde	1.001	18	2	17	2	0	0	216	216	2.793
M. Transportes	4.661	1.082	23	229	5	73	2	2.337	2.409	10.058
M. Comunicações	331	0	0	0	0	0	0	0	0	37
M. Cultura	57	11	19	0	1	0	0	29	29	349
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
MDA	133	0	0	0	0	0	0	0	0	27
M. Esporte	505	0	0	0	0	0	0	148	148	1.318
M. Defesa	4.116	760	18	248	6	2	0	602	604	1.805
M. Integr. Nacional	1.371	49	4	3	0	1	0	888	889	3.867
M. Turismo	0	0	0	0	0	0	0	42	42	1.611
M. Desenv. Social	109	0	0	0	0	0	0	53	53	503
M. Cidades	8.156	63	1	0	0	0	0	4.723	4.723	19.625
Total	24.096	2.062	9	567	2	144	1	10.286	10.430	51.831

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela. * Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos - 2015
Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.	Por subfunção	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.
Ministério de Minas e Energia	31.644	11.497	Produção Industrial	33	2
Ministério dos Transportes ¹	0	0	Energia Elétrica	3.728	476
Secretaria de Portos	265	33	Combustíveis Minerais	24.730	10.394
Secretaria da Aviação Civil	523	129	Transporte Aéreo	516	125
Ministério das Comunicações	685	102	Transporte Hidroviário	877	143
Outros	2.415	347	Transportes Especiais	1.559	265
Total	35.531	12.109			

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por função	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.	Por unidade	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.
Indústria	40	3	Grupo Eletrobrás	3.827	444
Comunicações	684	102	Grupo Petrobras	27.813	11.053
Energia	31.639	11.496	Cias DOCAS ²	265	33
Transporte	793	164	Infraero	523	129

Fonte: Portaria n.º 04/2015 do MPOG.

²Despesas alocadas na Secretaria de Portos